

DEBATE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007

António Marinho

20 de Novembro de 2006

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Pois é, 1,255 milhões de euros!

Saído da cartola, aí está o “jackpot” anual do governo socialista dos Açores!

Alguém - do governo, bem entendido - diria assim:

“Sai uma vez por ano, mas tem que ser lembrado de Janeiro a Dezembro!”

E continuaria:

“Ordens são para se cumprir, e a verdade é que gente obediente é algo que não vai faltando enquanto houver dinheiro para distribuir.

Que ninguém se esqueça: “o maior de sempre”!

Já está bem comunicado?

Já se fez entrar a mensagem em todos os lares dos Açores?

Já se transmitiu a toda a gente que o governo conseguiu, mais uma vez, trazer para a Região o maior volume de meios financeiros de que há memória?”

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

No trigésimo primeiro ano da Autonomia, bem que podia, e devia, haver um discurso de maior qualidade. É uma sina, no entanto, que ainda perdurará por mais dois anos.

A verdade é que os “milhões”, os “maiores de sempre”, só produzem efeitos a partir do momento em que são aplicados.

Para isso, é necessário que se estabeleçam objectivos. Tal como nas empresas. Tal como em nossas casas.

Mais ainda, quando os “milhões” que estão em jogo, os tais “maiores de sempre”, pertencem a todos, provêm do bolso de quem pagou impostos, no pressuposto de que daí resultem benefícios assumidos e obtidos colectivamente.

E onde estão os objectivos?

Novamente a palavra tem que ser dada ao governo:

“Estão por aí! Até constam dos documentos! Não leu os documentos?”

Até estão aí as perspectivas de evolução de alguns indicadores para o Japão... e para os Estados Unidos... e para a União Europeia... e para Portugal... e até para a China!”

E nós perguntamos: Mas este não são documentos relativos à economia açoriana? Então onde estão as estimativas para os Açores? Será que nos falta alguma página?

Até já se chegou ao extremo de ouvir, da boca de alguém que provavelmente não está muito identificado com a verdadeira dimensão de um orçamento público, que o seu objectivo reside no rigor das contas públicas!

Mas isso é um objectivo, ou é uma postura que deve ser assumida, e constituir motivo de preocupação, em permanência, por parte de quem gere dinheiros públicos?

Será que o não estabelecimento de objectivos serve para depois tornar mais fácil a defesa, aquando do confronto com a realidade?

Os que se sentem incomodados na discussão dos resultados, porque deles têm perfeita consciência, diriam: “Seria bom mesmo que não se estabelecessem objectivos, até porque isto não está a correr nada bem”.

Diz também o governo:

“Este é um orçamento défice “zero”! Pelo quinto ano consecutivo!”.

“Cuidadinho com as palavras!” – terá alertado quem se sentiu atingido no seu orgulho - “Em 2004, a Conta mostrou o tal superáвите “vinte e dois”! Excepto para a oposição, mas esses estão sempre a falar mal.

Ah! É verdade! Também para o Tribunal de Contas, que se lembrou de ir buscar os “calotes” de final do ano, que atingiram quarenta e tal milhões de euros, só para nos conduzir a um défice “dezanove”! Porquê aqueles preciosismos?



Grupo Parlamentar

Ainda para mais, esses legalistas do Tribunal de Contas estão sempre a escrever aquelas “inconveniências” relativamente às sociedades anónimas, a considerarem que potenciam situações de desorçamentação e de “finta” ao endividamento.

Razão tem o Senhor Presidente, quando diz que o governo só acata as recomendações e só liga às chamadas de atenção do Tribunal de Contas se quiser. Ele é que tem coragem!

Enquanto assim for, continuaremos a “passar” despesa para essas sociedades, continuaremos a criar as que pretendemos, elas endividam-se, porque não lhes está vedado, e nós avalizamos os empréstimos que elas contraírem.

Afinal, temos maioria absoluta ou não?

Dar conta do que se passou com as negociações do QREN? Informar sobre as negociações da Lei de Finanças das Regiões Autónomas ou da nossa intervenção na nova Lei de Finanças Locais, em que pensámos no nosso umbigo e no nosso partido, esquecendo que existem dezanove municípios nos Açores? Para quê? Eles não têm que saber nada disso! Sabem depois, quando tudo estiver consumado, e têm muita sorte!”

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Larguemos a ironia, que é mais próxima da realidade do que muitos julgam.

É esta a realidade dos Açores!

O artificialismo instalado a todos os níveis, e um governo que confunde maioria absoluta com uma postura de “quero, posso e mando”.

Mas este governo tem história. Não pode, depois de dez anos de responsabilidade de condução dos destinos da Região, continuar a falar do passado anterior a 1996.

Vamos aos resultados destes dez anos.

Comemoremos o evento, em conjunto com o governo, Mas com verdade!

Só no Quadro Comunitário de Apoio que começou em 2000 e termina no presente ano, os Açores contaram com um esforço financeiro da UE de 4,163 euros por habitante, o maior entre as regiões europeias.

A Madeira ficou-se nos 3,442 euros por habitante e as regiões Objectivo 1 nos 1,500 euros por habitante. Em relação a estas últimas, o esforço da UE para os Açores foi 2.8 vezes superior.

Os valores são do 3º Relatório da Coesão, elaborado pela Comissão Europeia. Não são nossos!

A convergência seria obrigatória, e em grande dimensão.

Mas não aconteceu!

Os resultados que se encontram disponíveis remontam a 2003.

Face à média da União Europeia a 25, o PIB *per capita* dos Açores, medido em paridades de poder de compra, situava-se em 61.1% em 2003. Um ano antes encontrava-se em 66.4%.

Baixou, sem apelo nem agravo. Os Açores recuaram para os níveis em que se encontravam em 1998/1999.

Os dados são do Eurostat. Não são nossos!

De 2002 para 2003, o Produto Interno Bruto açoriano desceu 0.8% em termos reais.

No confronto com as outras regiões portuguesas, apenas duas conheceram uma quebra superior e uma outra igualou a má prestação da economia açoriana. Nas restantes, uma baixou apenas 0.2% e houve outras que até subiram, com destaque para a Madeira, com um aumento de 1.7%.

O pior comportamento do Norte e do Centro permitiu que os Açores se aproximassem um ponto percentual da média do país no PIB *per capita*. Estão no penúltimo lugar, atingindo apenas 83% daquela.

Na produtividade, o cenário é desastroso. Justamente onde deveriam estar a verificar-se progressos devidos ao grande esforço financeiro levado a cabo, os Açores estão no fim da lista, com 81% da média nacional, descendo em relação aos 82% que se atingiam no início dos governos socialistas, velhos de dez anos.

Nas Contas Regionais de 2003 é também possível constatar o que se passou com o Rendimento Primário, bem como, adicionando a este as Transferências de Redistribuição, com o Rendimento Disponível Bruto das Famílias. Este indicador, segundo o Instituto Nacional de Estatística, permite “complementar a abordagem do PIB e aproximar do conceito de riqueza detida efectivamente pelas regiões e tornar as limitações do PIB *per capita* como indicador do nível de vida das famílias residentes nas regiões” e é “provavelmente o melhor indicador do nível de vida das famílias residentes em cada região”.

Pois bem, no mesmo ano de 2003, os Açores desceram 1.1% no primeiro dos indicadores referidos, tendo todas as restantes regiões conhecido aumentos, e a média nacional observou um acréscimo de 1.7%. No segundo, a Região cresceu 0.3%, o pior dos comportamentos entre todas as regiões nacionais, bem abaixo do aumento de 2.6% da média do país.

Todos estes números são do INE. Não são nossos!

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Palavras para quê?

Os resultados estão à vista!

Já se imagina qual o argumento, aliás frouxo, que o governo vai utilizar: “Estão a recorrer a dados de 2003 e nós estamos aqui para falar nas perspectivas para 2007”.

Como já o utilizou, e tem o hábito de ser teimoso, vai voltar à carga!

Mas não colhe!

Como não estão definidos objectivos, neste como nos anos anteriores, há que ver qual a estratégia que tem sido seguida, designadamente de 2003 para frente, incluindo a que se apresenta para o próximo ano, e ver até que ponto o rumo se alterou, ou vai alterar, permitindo chegar aos resultados que não se conseguiram atingir. Isto é, ver em que medida o cenário de divergência de 2003 se pode ter invertido, ou vai inverter.

Tudo se mantém. A estratégia continua sem existir, tudo se mantém exactamente igual, só que com mais dinheiro.

Mas mais dinheiro, “atirado” na mesma direcção, mantém as ineficiências e não altera a eficácia.

O orçamento de funcionamento preserva a continuação dos mesmos desperdícios, independentemente de haver cláusulas, na proposta de decreto legislativo regional, que pretendem mostrar boas intenções. Nitidamente para vender um produto, distrair os incautos e sem expressão.

O Serviço Regional de Saúde vai continuar altamente sub-orçamentado, embora a “fé” do governo na mudança de atitudes seja apregoada. Só que isto não vai lá com fé, vai com medidas, e essas, não se vislumbram!

A revisão de Lei de Finanças das Regiões Autónomas também fez das suas, com o fim da capitação do IVA, - decisão que consideramos um retrocesso -, que acabou por deitar por terra uma “bandeira” abstrusa do governo, quando dizia que o funcionamento da Administração Regional era auto-suficiente. Por esse facto, as receitas próprias da Região apenas cobrirão, em 2007, 92% das despesas de funcionamento, embora a “ginástica comparativa” efectuada no relatório seja, tão notável, quanto ridícula, no sentido de recuperar a bandeira perdida.

As despesas do plano sobem. Sobem mesmo. “Maior de sempre”, convém não esquecer!

Mas, além do dinheiro, alguma coisa muda?

Nada, mesmo nada. Continua sem existir uma estratégia. É o que se pode chamar “atirar com dinheiro”, sem critérios ou prioridades.

Servir clientelas e pouco mais.

As despesas de funcionamento continuam a figurar, em larga escala, num documento que se pretende de investimento. É mais um expediente para esconder a verdadeira dimensão do custo da máquina da Administração Regional, ajudando à “festa” das sociedades anónimas.

A propósito, vem aí mais uma! Senhores Deputados, preparem-se para quinta-feira!

Os pagamentos de dívidas do passado subsistem, gerando meros movimentos de tesouraria, sem expressão na execução material e, como tal, sem poderem reflectir-se na actividade económica.

O “cimento” continua em grande! Dá notícia, permite inaugurações, vale a pena, na perspectiva do “passeio eleitoralista” permanente do governo pelas diversas ilhas, seja ou não ano de eleições.

Mas não gera, por si só, desenvolvimento.

O incentivo ao tecido empresarial continua a ser confundido com entrega de dinheiro. Dinheiro e mais dinheiro.

Mas os empresários sabem bem que os incentivos à actividade das suas empresas não se resumem apenas ao apoio financeiro aos seus investimentos. A saúde das empresas depende muito mais de outros factores, designadamente da existência de mercado suficientemente consistente que assegure a continuidade dos negócios.

Para quê continuar a enganar, com grandes números, depois não utilizados, os empreendedores, e os eleitores, das chamadas ilhas da coesão, um conceito que, aliás, o governo tem alargado e desvirtuado?

Reforço na qualificação dos recursos humanos? Boa intenção, obviamente.

Mas está assegurada a empregabilidade que lhe deve estar associada? Ou servirá apenas para ocupar alguns milhares de pessoas, designadamente jovens, criando frustrações e atingindo o objectivo máximo de “amaciar” a taxa de desemprego?

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Os valores, efectivamente, parecem subir.

Damos, de barato, que estamos perante os “maiores de sempre”!

Estranhamos, no meio de tudo isto, é que se continue a revelar necessário recorrer a endividamento.

Indirecto, claro está, que o directo está inacessível.

A dívida da Região, no total, já estará em 697 milhões de euros no final deste ano. Em 2007, o governo considera que pode chegar a 787 milhões, embora fuja, como o diabo da cruz, das designações adequadas. Enfim!

A estratégia, essa, continua sem existir. Tudo se repete, como se tem repetido ano após ano.

Os resultados, obviamente, não podem surgir.

O cenário de 2003 tenderá, por isso, a manter-se.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Uma palavra final para as dificuldades do verbo socialista, que se está a confrontar, cada vez mais, com obstáculos visivelmente difíceis.

A crueza dos números não se mostra cooperante com a ânsia e o desejo do discurso do êxito, e este apenas pode ser proferido com recurso à mistificação, ou até à mentira. Por isso, as palavras têm endurecido, têm caído na vulgaridade.

Chega a ser ridículo assistir à reacção imediata do Governo e do partido do poder quando a “tal” oposição que consideram inconsequente, sem uma alternativa a apresentar e com vazio de ideias, desmascara as inverdades, dá uma leitura séria aos dados estatísticos ou denuncia os frequentes abusos. Até mesmo quando a oposição procede, apenas, à divulgação das suas posições, o comentário sempre aparece, invariavelmente com violência, o que não deixa de ser caricato, ou talvez revelador de efectivos receios, tendo em conta que consideram, na atitude pouco polida em que se tornaram especialistas, que a oposição “não presta”.

A linguagem inqualificável, desnecessariamente mal educada, com inexplicáveis tiques deselegantes, embora frequentemente grotesca, generalizou-se entre a pseudo-família dos amantes do poder rosa. Até chegou àqueles que ainda conseguiam escapar à mediocridade, aos que se distinguiam dos que sobrevivem à custa das “migalhas” oferecidas, muitas delas resultantes da utilização abusiva dos meios que a todos pertencem.

É, em toda a linha, o desespero à flor da pele.

Já não conseguem disfarçar. Perderam o tino. Passaram-se.

A ocultação da verdade, bem como os exercícios de pura manipulação, deixaram de ser expedientes suficientes para esconder a incapacidade.

É o sintoma da impotência, e da incompetência, em toda a sua dimensão.

A governação socialista dos Açores nos últimos dez anos teve, e continua a ter, muito dinheiro à disposição, mas não consegue apresentar resultados.

Como nos tem recordado um anúncio de excelente carga humorística, em boa hora surgido, a galinha tem asas, mas não consegue voar!

Em 2007, com os documentos que apresenta, que pretendem dar aos Açores “mais do mesmo”, o governo continuará a esgravatar na terra, na esperança de que apareça um grão de milho providencial!

Por mais um ano, não será possível assistir ao voo do milhafre!

Disse